

Revolução de Assuntos Militares (RAM) e o Pós-Modernismo Militar (PMM) no Espaço Ibero-Americano

Intervenção do Brasil

Raymundo Guarino Monteiro

Coronel

Resumo

Se o fim da Guerra Fria permitiu o desenvolvimento das relações económicas à escala mundial, os actos terroristas do 11 de Setembro provocaram um momento de ruptura no Sistema de Relações Internacionais e uma nova relação dos Estados Unidos com a estrutura global por eles liderada. O impacto desta nova ordem internacional é sentido de modo significativo na América do Sul e em especial no Brasil, onde se defende a necessidade de determinação e especificação do interesse nacional. Esta medida permitirá o reposicionamento do país no sistema mundial e no contexto da globalização.

Perante o grande objectivo de combate ao terrorismo, revela-se necessária a análise dos comportamentos internacionais, bem como a cooperação entre estados. Fazendo um aproveitamento máximo da difusão tecnológica internacional, a nação deve traçar o seu rumo, antes que uma outra se encarregue da tarefa.

Abstract

The 11th September terrorist acts were considered a breach on the International Relations System. If the end of the Cold War increased world economic relations, this event bouleversed the global scenario. The consequences of this new international order were extended to South America, especially to Brazil. Thus, the new Brazilian world position demands a straightforward determination of its main national interests.

The fight against terrorism requires a profound analysis of international technological expansion as a way to assure their national autonomy and their future – before someone else does.

“Em 1991, nos céus noturnos e nas areias escaldantes dos desertos do Oriente Médio, aconteceu algo que o mundo não via há trezentos anos – a chegada de uma nova forma de guerra – a guerra da Terceira Onda. A “Tempestade do Deserto” (1990-1991) e a “Liberdade Duradoura” (2001-?) são dois exemplos típicos dessa forma de guerra, em que uma onça de silício num computador tem maior efeito do que uma tonelada de urânio... .

À medida que essa forma de guerra se consolida, começam a aparecer os “guerreiros do conhecimento” que, passo a passo, vêm desenvolvendo a chamada “Estratégia do Conhecimento”. Então, restará apenas aos guerreiros da Segunda Onda o Infoterrorismo”.

Alvin e Heide Toffler
“Guerra e Antigueria”

1. Introdução

“A névoa da Guerra (Clausewitz) é dissipada pela Informatização aplicada ao âmbito militar. Não obstante, a Informatização Bélica gera novas vulnerabilidades militares.

O amplo acesso aos meios informatizados introduz agentes pós-westfalianos na interação mundial em todos os campos”

Emb. Marcos Henrique Camillo Cortês – MRE – Brasil

O término da Guerra Fria acarretou enormes mudanças no âmbito do relacionamento internacional, que se conjugaram com as profundas modificações que já vinham sendo geradas pela chamada Terceira Revolução Industrial. Em grande parte como decorrência dessas metamorfoses, acelerou-se e ampliou-se o processo de transformação das relações econômicas mundiais, popularmente identificado como Globalização. Conseqüentemente, surgiu a necessidade de revisão de muitas concepções que por mais de meio século, haviam pautado as estruturas e o funcionamento dos Estados-Nações, tanto interna como externamente. Em vários países, instituições acadêmicas e entidades governamentais lançaram-se com intensidade nesses estudos reformadores. Os objetivos de tais estudos, contudo, nem

sempre foram coincidentes e por isso as conclusões dos mesmos precisam ser analisadas com cautela.

Em nome da atualização de concepções, procurou-se em alguns casos modificar radicalmente ou até abandonar por completo muitas delas. Às vezes podem-se perceber sutis ou mal disfarçadas intenções na propugnação de alterações profundas, como ocorreu, por exemplo, com a concepção de Soberania Nacional.

A finalidade principal do presente texto é assinalar os principais aspectos da RAM que precisam ser estudados nos países semi-desenvolvidos, para que se possa melhor equacionar a maneira pela qual devem eles efetivamente participar do PMM. Para facilidade de exposição e com critério prático, o texto ater-se-á o quanto possível ao Brasil.

Ainda fazendo parte do contexto atual, assume novas implicações, o fenômeno do terrorismo – inclusive o de Estado, que, por sua vez, engendram reações que põem em riscos normas e práticas domésticas, em um mundo no qual há atores estatais e não-estatais com diferentes recursos de poder que podem atuar com intensidade na defesa de seus interesses, em geral conflitantes com os estados nacionais.

Os eventos de 11 de setembro tiveram profundo impacto nos Estados Unidos e têm sido apresentados como um momento de ruptura no sistema das relações internacionais, ou pelo menos como um elemento novo na agenda da política mundial, ponto definidor de uma nova relação dos EUA com a ordem global, em grande medida dominada por esse país.

Cabe a pergunta sobre se os eventos de 11 de setembro teriam, de fato, transformado a ordem global ao ponto de constituir um divisor de águas na política mundial.

A resposta seria um não qualificado, no sentido em que se trata, efetivamente, de uma mudança importante na agenda internacional, mas não, per se, uma alteração fundamental no sistema de relações internacionais ou mesmo do mundo.

Em outros termos, se ele impulsiona a ação de Estados (e conduz realinhamentos inesperados), não altera fundamentalmente os dados básicos do jogo de poder entre as nações, que continua a ser dominado pelos elementos brutos da força militar, da economia e da capacidade tecnológica dos países centrais a começar pelos próprios EUA.

Uma análise preliminar e introdutória dos problemas do 11 de setembro e de seu efeito na política americana e mundial confirmaria que, como quaisquer outros fenômenos históricos, estes possuem, ao mesmo tempo, elementos de ruptura e de continuidade.

A ordem mundial pós-11 de setembro não mudou, mas a agenda da política mundial modificou-se, não tanto pela ação tópica dos terroristas, como pela demonstração da vontade de poder da maior potência de nossa época.

Segundo alguns autores, o exercício de poder dos EUA se dá no contexto do que denominam “império”, conceito definido como nova forma global de economia, que não deve ser confundido com a desgastada noção de “imperialismo”. O “Império” não dispõe de um contorno territorial definido, na medida em que constitui, ele mesmo, um processo de “desterritorialização”, que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas. O poder exercido por este não tem limites e representa um regime que, efetivamente, abrange a totalidade do espaço terrestre. O “Império” governa todo o mundo “civilizado” (conceito que, neste contexto, tende a confundir-se com “globalizado”), não como um regime histórico nascido da conquista, mas como uma ordem que se impõe como a única alternativa visível de crescimento e prosperidade na atualidade.

Os EUA – “país mais poderoso desde Roma” –, a única superpotência da atualidade, ocupam posição central nessa ordem “imperial”. Seu espaço territorial, que não se confunde com as abertas fronteiras do “Império” capitalista, é o centro nervoso – dinâmico – de onde emanam e para onde convergem os fluxos dessa nova ordem econômica. Atores privilegiados, os EUA são também os “ordenadores” ou “regentes” deste novo modelo, dele extraindo os maiores dividendos. Natural, neste contexto, que os EUA, tenham logrado alçar-se, nos últimos anos, a uma situação de incontestável superioridade em todas as áreas do poder: econômico, tecnológico, cultural e militar. O poderio político, que é o exercício dessa superioridade no campo da relação entre os Estados, decorre diretamente e naturalmente dessa situação, que os EUA procurarão manter por todos os meios.

A ação contra o World Trade Center e o Pentágono, centros nevralgicos e simbólicos, do poderio americano, vai buscar suas origens no outro lado do fenômeno analisado por Jean Cristophe Ruffin: o território dos excluídos do Império – os “bárbaros” ou “novos bárbaros”. As motivações dos ataques, na visão da nação brasileira, podem ser encontradas, de uma maneira ou de outra, na exclusão de boa parte do mundo da prosperidade do Império, na instabilidade política, na privatização econômica e social dela decorrentes, na resistência à globalização, no choque “civilizacional”, nas bases do fundamentalismo islâmico que rejeitam aspectos importantes dessa globalização, na forma de exercício do poder incontestado (o exercício político do poder americano, a política externa dos EUA para o Oriente Médio, a aliança com Israel, a presença militar na Arábia Saudita).

O impacto dos ataques terroristas no Brasil e na América do Sul – regiões em certa medida marginais do ponto de vista do teatro de operações das atuais ações antiterroristas

- pode ser considerado significativo, de vez que a presença americana (econômica e política) é mais relevante na América do Sul do que em outras regiões do globo.

A reação inicial do Governo brasileiro, nos dias subsequentes aos atentados, foi rápida, não apenas na manifestação de solidariedade, mas na significativa invocação do TIAR, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - instrumento que precedeu e inspirou, formal e substantivamente, o próprio Tratado de Washington, que criou a OTAN, logo após a II Guerra Mundial, sobre a base de mecanismos de defesa coletiva e de solidariedade hemisférica que caracterizam esse acordo assinado em Petrópolis em 1947.

O Brasil também acolheu de imediato as resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, e passou a atuar através de mecanismos informais no esforço antiterrorista, inclusive no que se refere ao controle dos fluxos financeiros que poderiam estar servindo a organizações criminosas.

Do ponto de vista dos interesses brasileiros na agenda internacional, o 11 de setembro provocou um impacto de tipo "diversionista", na medida em que temas de tradicional interesse para o País - comércio e desenvolvimento, entre outros - tiveram que ceder considerável espaço para as questões da segurança e do terrorismo.

Essa nova situação tende a dificultar ainda mais as complexas negociações comerciais em curso nos âmbito regional (ALCA, acordos setoriais, etc.) e multilateral (OMC pós-Doha), de vez que acentua o unilateralismo na política externa americana que relega para segundo plano questões que não possuam vínculos, diretos ou indiretos com as novas prioridades.

Neste novo cenário, o Brasil terá de identificar e definir o interesse nacional para o reposicionamento do País na ordem mundial e no contexto da globalização, levando em conta as novas prioridades da agenda nacional.

Na busca desse reposicionamento, o Brasil poderá fortalecer-se na medida em que assuma o papel que lhe cabe no Espaço Ibero-americano. A partir do momento em que o país for percebido como um interlocutor mais interessado e atuante, aumentará seu peso específico no cenário internacional. A presença ativa do Brasil, nas áreas político-diplomática, econômico-comercial, financeira e de defesa e segurança, deve ter como orientações principais a aproximação dos interesses comuns dos países da comunidade, a abertura de mercados para os parceiros sul-americanos em bases preferenciais, a defesa da democracia, da segurança coletiva, do crescimento econômico e da justiça social.

A agenda multilateral poderá gerar tensões com os EUA, em vista da diferença dos interesses e, muitas vezes, de enfoque em temas globais, como o meio ambiente, os direitos

humanos e o próprio terrorismo. Para a política externa brasileira, o desenvolvimento econômico continuará a ser a prioridade absoluta.

Nesse contexto, as negociações comerciais multilaterais, regionais e bilaterais serão preocupações permanentes e nem sempre as posições do Brasil e dos EUA serão convergentes.

Os próximos anos serão um período de significativas mudanças no cenário externo. Finda a Guerra Fria, realinhadas as grandes potências e parecendo irreversível o processo de globalização, o tema do terrorismo destaca-se como elemento central na agenda internacional, ao levar a maior potência do planeta a uma importante alteração em seu modo de relacionar-se com o mundo.

As mudanças radicais na conjuntura mundial exigem revisão e igualdade radical das formas de comportamento internacional.

Os novos cenários que se abrem diante de todas as Nações constituem desafios e promessas de produtiva cooperação entre parceiros que se respeitem.

Cabe a nós enfrentar esses desafios para concretizar essas promessas.

2. Conceito de RAM e PMM

"Nem tudo que se enfrenta pode ser modificado. Mas, nada é modificado se não for enfrentado."

James Baldwin

a. Revolução de Assuntos Militares (RAM)

Conjunto de mudanças que foram introduzidas na Expressão Militar do Poder Nacional (EMPEN), a partir do fim da Guerra Fria, levando a reavaliação das concepções de emprego, percepção das ameaças, definição das missões das Forças Armadas e de estrutura militar bem como a formação de uma nova mentalidade profissional.

b. Pós-Modernismo Militar (PMM)

Considera-se pós-modernismo militar o período das transformações, acima, iniciados de modo mais visíveis, a partir de 1990.

2.1 Consequências para a EMPN

- Os conflitos têm objetivos limitados e curta duração.
- O uso da Informatização e da Tecnologia aplicada às ações bélicas asseguram custo ínfimo em perdas naturais e em baixas humanas.
- Neutralização da Opinião Pública Interna e Externa (Internacional) pela ação dos fatores acima.
- Probabilidade do uso do recurso à guerra como instrumento “normal” da Política Externa, sobretudo para consecução de objetivos limitados.
- Uso das concepções pós-modernas em conflitos localizados, a fim de solucionar “causas nobres” e utilizar “novidades” jurídicas e diplomáticas.

3. A Defesa Nacional

*“Não temos quaisquer aliado eterno nem qualquer inimigo permanente.
Só os nossos interesses são eternos e o nosso dever é segui-los”*

Lord Palmerston
1º Ministro Britânico (século XIX)

Historicamente, a expressão Defesa Nacional era diretamente associada às Forças Armadas. A elas cabia a responsabilidade de defender a integridade da Nação. Como a segurança da Nação era percebida essencialmente em termos castrenses, por derivação lógica considerava-se que preservar a Segurança Nacional era dever das instituições militares. A contribuição dos demais integrantes da sociedade se limitava a proporcionar aos seus soldados os meios necessários, inclusive atribuir-lhes estatuto jurídico próprio.

Nas primeiras décadas do Século XX, na América do Sul, ante a realidade da “guerra total”, os próprios militares lideraram o processo de ampliação do conceito de Segurança Nacional e, com ele, a noção de que cabia a todos os cidadãos a responsabilidade por sua preservação. Inversamente, os militares passaram a considerar que era também de sua

responsabilidade, mesmo que de forma coadjuvória, promover o Desenvolvimento Nacional que consiste na transformação do Potencial Nacional em Poder Nacional, empreendido de modo equilibrado e continuado, visando à sua plenitude.

Na última década da Guerra Fria, embora por motivações diferentes, no Brasil e nos países mais avançados do chamado “mundo ocidental”, a noção de Defesa Nacional foi se sobrepondo à de Segurança Nacional.

Com base no que precede, pode-se chegar à definição de que a Defesa Nacional é o conjunto de políticas e estratégias, baseadas, particularmente, na Expressão Militar e na Diplomacia, que visa a neutralizar quaisquer ameaças ou ataques, internos ou externos, à Segurança Nacional, bem como a contribuir para o Desenvolvimento Nacional.

3.1 Identificação do Inimigo

O inimigo consistirá em todos ou quaisquer interesses, de qualquer natureza que ameacem ou venham a prejudicar nossos próprios interesses.

4. Paradigmas de Ação

“O fraco, quando quer imitar o poderoso, perece.”

Fedro
“Fábulas”

O primeiro passo para atualizar as F.A. nacionais diante da RAM requer cotejar as suas características, já levantadas pelos desenvolvidos e tecnificados, como os paradigmas das F.A. pós-modernas.

Apresentamos abaixo alguns paradigmas universais e apresentamos o caso brasileiro.

4.1 As F.A. em face da RAM

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (1900-1945)	MODERNO FINAL (Guerra Fria) (1945-1990)	PÓS-MODERNO (Pós-Guerra Fria) a partir de 1990
Ameaça percebida	Invasão inimiga	Guerra nuclear	Conflito subnacional ou sub-estatal
Definição de Missão principal	Defesa do território pátrio	Apoio a aliança	Novas missões
Estrutura da Força	Grandes efetivos; serviço militar obrigatório	Grandes efetivos profissionais	Pequenos efetivos. Profissionalização Tecnologia
Perfil Militar Predominante	Combatente (“guerreiro”)	Gerenciador ou técnico	Politicamente apto (“estadista”/culto”)
Postura da Opinião Pública	Solidária	Ambivalente	Indiferente
Relacionamento com a mídia	Incorporada	Manipulada	Componente muito grande
Quadros civis (proporção quanto aos militares)	Componente reduzido	Componente mediano	Componente muito grande
Quadros femininos	Excluídos ou em unidades à parte	Integração parcial	Integração plena
Postura de Cônjuges	Entrosamento pleno	Entrosamento parcial	Distanciamento
Homossexuais	Impedidos/punidos/ expulsos	Afastados	Aceitos
Imperativo de Consciência	Limitado ou vedado	Permitidos rotineiramente	Absorvido em serviços civis

4.2 O Caso Brasileiro

Forças Armadas Brasileiras

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (1900-1945)	MODERNO FINAL (Guerra Fria) (1945-1990)	PÓS-MODERNO (Pós-Guerra Fria) a partir de 1990
Ameaça percebida	Invasão inimiga	Invasão inimiga (até 1982)	Conflito subnacional ou sub-estatal (contexto próprio)
Estrutura da Força	Grandes efetivos; serviço militar obrigatório	Grandes efetivos; serviço militar obrigatório	Grandes efetivos; serviço militar obrigatório
Definição de Missão principal	Defesa do território pátrio; apoio a aliança (42-45)	Defesa do território pátrio; missões de paz	Vigilância e proteção em fronteiras e espaço aéreo; novas missões
Perfil Militar Predominante	Combatente ("guerreiro")	Combatente ("Guerreiro politizado", até 1988)	Politicamente independente, com ampliação cultural
Postura da Opinião Pública	Solidária	Ambivalente (até 1954), polarizada	Polarizada
Relacionamento com a mídia	Incorporada	Incorporada (até 1954); crescentemente hostil	Predominante hostil
Quadros civis (proporção quanto aos militares)	Componente reduzido	Componente reduzido	Componente reduzido
Quadros femininos	Excluídos ou em unidades à parte	Integração parcial	Integração parcial
Postura de Cônjuges	Entrosamento pleno	Envolvimento intenso	Envolvimento qualificado
Homossexuais	Impedidos/afastados	Impedidos/afastados	Impedidos/tacitamente tolerados
Imperativo de Consciência	Limitado	Permissão maior	Permissão maior
Interação com setor privado	Esporádica	Intermitente, com intensidade variável	Continuidade, intensa
Assistência cívico-social	Isoladamente	Estruturada regionalmente	Intensificada

5. Conseqüências de RAM

“A prática, sem teoria e a reflexão, se reduz a rotina improdutiva.”

Frederico, o Grande

Nos países em desenvolvimento, e, nos de prestígio histórico dentro da Comunidade Européia e Mundial é preciso o aproveitamento máximo da difusão tecnológica internacional, através de fatores institucionais e organizacionais como:

- 1) adaptações da RAM, em sua complexidade, às condições próprias dos países;
- 2) aumento da capacidade de absorção tecnológica pelo Setor Industrial de Material de Defesa (SIMD);
- 3) Substituição de importações para a integração de sistemas;
- 4) Cooperação e inovação no SIMD, com modificações próprias, visando à exportação de produtos e serviços;
- 5) Reformulações doutrinárias e estruturais que assegurem a evolução crescente da sinergia do setor industrial e das forças de defesa;
- 6) Urgência em acelerar as integrações regionais e de natureza cultural a fim de ter desempenho, com papel ativo, na Globalização, ora em pleno andamento. A Globalização exige elevado nível de Poder Nacional, o que no caso dos países em desenvolvimento só poderá ser obtido através da soma do Poder Nacional dos participantes.

Embora difícil e árduo, o processo, não deverá ser desestimulado como um empreendimento. Afinal é relembrar Sêneca.

6. Conclusão

“Não é porque as coisas são difíceis que não ousamos; porque não ousamos é que as coisas se tornam difíceis.”

Sêneca

Comumente, se considera num sentido emblemático, que a divindade tutelar da guerra é Ares (o Marte dos romanos). Na realidade, na Grécia Clássica, Ares era visto como deus que presidia as ações violentas das sociedades humanas. A guerra, na sua acepção maior de ação política que abrangia a ameaça bélica e o emprego das armas, devia estar sob a orientação divina de Athena (a Minerva dos romanos), que combinava a Sabedoria com a Força. Portanto, no Pós-Modernismo Militar, em que é indispensável a reformulação radical de tantos conceitos consagrados por séculos de ações bélicas, a inspiração dos reformadores precisa vir de Athena.

Uma das máximas elementares da Arte da Guerra afirma que toda Nação tem um exército em seu território – o seu ou de outra. Dela, para finalizar, extraio o pensamento que me parece sublinhar a necessidade da tarefa a executar dentro do processo de pós-modernização militar. *A Nação que não traçar seu próprio rumo o terá traçado por outra.*

Bibliografia

“Os ataques de 11 de setembro e as percepções dos EUA em relação à Ordem Mundial e a Globalização.” – Emb. Rubens Barbosa – MRE

“A (Des)Ordem Mundial, o fenómeno dos terroristas e as Instituições Democráticas” – Emb. Rubens Barbosa – MRE

“A Defesa Nacional diante do pós-modernismo militar” – Emb. Marcos Henrique Camillo Côrtes – MRE

“Império”. Hardt, M. e Negri, T. Editora Record. Rio de Janeiro. 2001